

# Relatório Anual de Informações

# 2017

## Plano de benefícios da



## APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Informações resumido sobre cada plano administrado atende às exigências da boa governança corporativa, da transparência e da legislação estabelecidas na Resolução CGPC nº 23/2006. O Relatório completo encontra-se disponível no portal da Ceres, no endereço [www.ceres.org.br](http://www.ceres.org.br).

O objetivo do documento é apresentar aos patrocinadores, participantes e assistidos de cada plano patrocinado as principais realizações, as demonstrações patrimoniais, a política e o demonstrativo de investimentos, os respectivos resultados, as demonstrações contábeis, acompanhadas dos pareceres atuariais, dos auditores independentes e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo. Espera-se, dessa forma, racionalizar a divulgação das informações fundamentadas na legislação em vigor com foco nos resultados de maior impacto nos planos de benefícios.

Os números apresentados nesse Relatório de Atividades 2017 mostram aos participantes em fase contributiva que seus benefícios serão assegurados e aos assistidos a tranquilidade de que terão, todos os meses, as suas suplementações efetuadas.

Além disso, ratificam às empresas patrocinadoras, que a decisão de instituírem planos de previdência complementar e confiarem sua gestão à Ceres foi uma ótima estratégia de valorização e preservação do capital humano.

## SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2017 .....	1
MENSAGEM DA DIRETORIA.....	2
MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO.....	3
MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL .....	4
DESTAQUES DO ANO.....	5
CONTEXTO ORGANIZACIONAL .....	9
PLANOS DE BENEFÍCIOS .....	13
POLÍTICA DE SEGURIDADE.....	14
ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (ARPB) .....	14
GESTÃO DO PASSIVO EM 2017 .....	14
AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2017 .....	15
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	17
GESTÃO DOS INVESTIMENTOS.....	18
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO .....	18
METAS E ÍNDICES.....	18
GESTÃO DOS RISCOS .....	18
RESULTADOS E PRINCIPAIS NÚMEROS .....	20
SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DO PATROCINADOR CIDASC.....	22
INVESTIMENTOS.....	23
ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO .....	23
RESULTADOS EM 2017 .....	24
RENDA FIXA .....	24
RENDA VARIÁVEL .....	25
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS.....	26
IMÓVEIS.....	27
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES.....	27
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS DO PLANO .....	28
COTA PATRIMONIAL DO PLANO CIDASC FLEXCERES .....	29
DESPESAS ADMINISTRATIVAS .....	30
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PGA) .....	30
DESPESAS ESPECÍFICAS DE INVESTIMENTOS .....	31
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS .....	33
ANEXO 2 - RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS .....	34

ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	37
ANEXO 4 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	43
ANEXO 5 - PARECER DO CONSELHO FISCAL .....	46
ANEXO 6 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	48
ANEXO 7 - PARECER ATUARIAL .....	49

## COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2017

### Patrocinadores



### Conselho Deliberativo

Alexandre de Oliveira Barcellos (Presidente)

Emídio Casagrande

Gerson Soares Alves Barreto

José Mauro Gonçalves Dias

Sérgio Brunale

Úrsula Maria Ludwig Moraes

### Conselho Fiscal

Cleuber Oliveira (Presidente)

Eurípedes Rosa do Nascimento

Sebastião Cardoso Barbosa

Arádia Luiza dos Santos Costa

### Diretoria Executiva

José Roberto Rodrigues Peres (Diretor Superintendente)

Dante Daniel Giacomelli Scolari (Diretor de Investimentos)

José João Reis (Diretor de Seguridade)

## MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2017 foi marcado pela recuperação da economia brasileira, que cresceu 1% após um período de recessão, estimulada pela queda da inflação e das taxas de juros e pelo aumento do consumo e do investimento.

O desempenho dos investimentos apresentou muito bom resultado. Todos os planos obtiveram rentabilidade superior à meta atuarial e/ou índice de referência e a maior parte deles terminou 2017 em equilíbrio financeiro e atuarial.

Nesse contexto, a Ceres atuou de maneira consistente, com tomada de decisões prudentes, pautada pelo modelo de governança responsável, ético e transparente, além de políticas de investimentos e de seguridade criteriosas que visam proporcionar solvência e liquidez aos planos de benefícios.

A prestação de contas continuou sendo uma prioridade da Ceres com os seus participantes e assistidos.

Ao longo do ano, foram realizadas 22 (vinte e duas) visitas/reuniões às patrocinadoras, oportunidade em que a Diretoria Executiva apresentou os resultados dos planos e as suas principais ações institucionais.

Em meio à reforma da Previdência e ao baixo fomento da previdência complementar fechada, a Ceres iniciou uma série de estudos e discussões a fim de buscar a sustentabilidade e o crescimento institucional.

A principal medida foi a criação de um Plano Instituído destinado aos dependentes e familiares dos atuais participantes e assistidos da Ceres, com vinculação de parentesco até o 3º grau, denominado Família Ceres. O regulamento do plano encontra-se em análise pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc e a expectativa é de o plano entre em fase de implantação no início do 2º semestre de 2018.

Assim, continuaremos contando com a atuação integrada de nossos colegiados, da diretoria e da equipe técnica, e com a confiança de todos para seguirmos adotando as medidas necessárias para assegurar o nosso compromisso junto a cada um dos participantes, assistidos e patrocinadores.

## MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

Como órgão máximo da gestão, o Conselho Deliberativo tem conduzido sua atuação no sentido de fortalecer e ampliar a eficiência e eficácia de nossa Fundação. As ações desenvolvidas estão orientadas a assegurar aos beneficiários e participantes proteção previdenciária presente e futura.

Durante o ano de 2017, o Colegiado realizou seis reuniões. Nesses encontros, foram avaliados e aprovados documentos importantes para a gestão como o Plano de Custeio para 2017, a Avaliação Atuarial dos Planos, a Política de Investimentos, dentre outros.

Destaca-se como matéria relevante a aprovação do plano instituído “Família Ceres” que será destinado aos familiares dos empregados das patrocinadoras e participantes e assistidos da Fundação.

Estamos certos de que a Fundação Ceres, com seus planos de benefícios e o seu patrimônio, é garantia de uma aposentadoria tranquila. Para que possamos melhorar, é fundamental que todos participem cada vez mais da vida da Fundação, vigilantes e interessados na sua evolução.

## MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL

Durante o ano de 2017, o Conselho Fiscal cumpriu o seu papel de acompanhar a situação econômico financeira e do controle efetivo da gestão da Ceres.

Em reuniões mensais, entre outras atividades, este Conselho trabalhou na elaboração de relatórios sobre demonstrativos contábeis que atestaram a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos e à execução orçamentária dos planos de benefícios administrados pela Fundação.

Preocupados em emitir informações concisas e claras, o Colegiado analisou e acompanhou a Política de Investimentos, o Plano de Trabalho da Ceres, a folha de pagamento de benefícios e as premissas atuariais.

Mais uma vez, o Conselho Fiscal não poupou esforços em ajudar a garantir aos patrocinadores, participantes e assistidos um futuro seguro com qualidade de vida. Assim, ao findar o ano, temos plena consciência do dever cumprido.



## DESTAQUES DO ANO

### Plano Família Ceres

A Ceres está criando um plano de previdência complementar para os familiares dos empregados e assistidos dos atuais planos de previdência administrados pela Fundação.

O plano, que se chamará Família Ceres, já teve o Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo e foi encaminhado para aprovação da Previc, órgão de fiscalização e regulamentação do sistema fechado de previdência complementar.

O Família Ceres é um plano instituído e será estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD).

As Instituidoras do plano serão a Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Ceres (ANAPEC) e a Associação Mineira dos Aposentados da Extensão Rural (AMAER). A Associação Mútua de Auxílios dos Associados da Casacaresc (AMACA), ligada à Epagri, está em tratativas para também se tornar instituidora do plano.

A ANAPEC foi fundada em 1991 para representar os assistidos junto à Ceres e outros órgão públicos e entidades e incentivar os seus associados na realização de atividades sociais, laborais, recreativas, desportivas, culturais e cívicas que possam proporcionar a eles qualidade de vida.

A AMAER, entidade de personalidade jurídica, sem fins lucrativos, fundada em 1989, representa os aposentados, pensionistas e empregados da Emater-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais) e Epamig (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais). Além da representatividade, a Amaer oferece convênios nas áreas de lazer, saúde, financeira, jurídica, seguros, entre outros, com descontos na sua utilização. Também promove a integração, a mobilização, o conagraçamento e o lazer, criando oportunidades para o desenvolvimento de seus associados.

### Nova Estrutura de Gestão dos Investimentos

Com o objetivo de obter a segregação real dos ativos dos planos de benefícios, melhorar a governança da gestão dos investimentos e o controle dos ativos face às peculiaridades de cada plano, a Ceres implantou, em dezembro de 2017, uma nova estrutura de gestão dos investimentos.

A nova estrutura está mais aderente ao que determina a legislação e foi estabelecida considerando os seguintes critérios:

A modalidade do plano de benefícios, suas especificidades e as características de suas obrigações determinam as diretrizes de meta de resultado, a alocação dos recursos, os indexadores e prazos de vencimento dos investimentos, a escolha dos ativos que possuem ou não amortizações ou pagamento de juros periódicos, dentre outros.

A segregação real proposta tem como restrição o custo fixo dos fundos de investimento; para planos de benefícios com patrimônio abaixo de R\$40 milhões, a gestão foi consolidada com outros planos de benefícios, seguindo o critério da modalidade do plano, a duração dos compromissos e a meta atuarial, nesta ordem.

Os critérios considerados na segregação real dos ativos foram selecionados por trazer maior transparência na gestão dos recursos e por estarem de acordo com as melhores práticas de governança praticadas no mercado, evitando a transferência de recursos entre participantes e entre planos.

A segregação dos ativos foi proporcional ao valor percentual que cada plano detém no montante em cada fundo – não há escolha de títulos. A estrutura consistiu na constituição de mais 6 (seis) fundos de investimentos exclusivos para cada plano ou conjunto de planos, originados da cisão dos fundos Eros e Tranquilidade.

### Novas Regras de Empréstimos

Desde o dia 1º de setembro de 2017 a concessão de empréstimos pela Ceres passou a ter novas regras. Uma nova Instrução Normativa foi aprovada pela Diretoria Executiva da Fundação e trouxe as seguintes alterações:

1 - Para os planos Ceres Básico, Ceres FlexCeres, Epagri FlexCeres, Emater (MG) FlexCeres, Epamig FlexCeres e Cidasc FlexCeres, foi contratado no mercado um seguro de cobertura do montante da dívida contratada em substituição à cobrança da Quota de Quitação por Morte – QQM. Para novos contratos, o seguro será cobrado mensalmente, junto com a prestação, calculado com base no saldo devedor do mês, em função do contrato em vigor com a empresa de seguro.

2 - Para os planos Embrapa Básico e FlexCeres, Epagri Básico e Saldado, Emater (MG) Básico e Saldado, Epamig Básico e Saldado continua valendo a cobrança da Quota de Quitação por Morte - QQM, um seguro sob gestão da própria Fundação que garante a quitação do saldo devedor da operação de empréstimo de cada plano caso ocorra o óbito do mutuário. A taxa da QQM é específica para cada patrocinador, cobrada no ato da concessão, sobre o montante de cada operação contratada.

3 - A taxa de administração continuou sendo de 1% sobre o montante da operação; os juros continuaram mensais e específicos para cada plano de benefícios; o IOF continuou sendo cobrado para cada operação com base na legislação.

4 - Havendo interesse, o mutuário passou a poder submeter uma nova operação de investimentos - empréstimo à consideração da Ceres, visando a liquidação da dívida existente, desde que tenha pago pelo menos 12 (doze) parcelas da operação vigente.

### Gestão Interna

No âmbito da gestão interna, merecem ser destacadas as seguintes ações:

- Implantação do sistema corporativo de informações integrado – ERP;
- Implantação da avaliação de desempenho dos empregados;
- Implementação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho;
- Alteração do regulamento do plano Epagri FlexCeres;
- Continuidade dos encontros com os participantes e assistidos, com o objetivo de ampliar a transparência sobre as ações institucionais e apresentar os resultados dos planos;
- Realização de estudos e discussões sobre a gestão entre ativo e passivo;
- Intensificação do processo de negociação e cobrança de valores devidos de empréstimos e financiamento imobiliário;
- Criação do WhatsApp como canal de relacionamento com os participantes e assistidos, bem como os representantes da Ceres nas patrocinadoras;
- Implantação de um novo sistema de telefonia corporativa, o PABX-IP; e
- Aperfeiçoamento do processo de atualização sistemática de beneficiários dos participantes e aposentados.

### Alteração do Regulamento do Plano Epagri-FlexCeres

Em 2017, foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) a alteração no regulamento do Plano de Benefícios Epagri-FlexCeres, por meio da Portaria Previc nº 604, de 02.06.2017, publicada no DOU de 06.06.2017.

A principal mudança ocorreu na forma de cálculo da concessão dos benefícios de risco compatibilizando-a com a da aposentadoria programada. Os participantes e assistidos foram comunicados por intermédio de resenhas e do portal sobre as alterações dos regulamentos dos planos.

A seguir, estão sintetizadas as principais alterações regulamentares do plano Epagri FlexCeres.

Alteração	Regulamento Anterior	Regulamento Atual	Resultado da Alteração
Cálculo dos Benefícios de Risco <sup>(1)</sup>	Com base na diferença entre o Salário de Participação e o Valor de Referência <sup>(2)</sup>	Com base numa meta similar à da aposentadoria programada <sup>(3)</sup>	Redução do custo dos benefícios de risco, e transferência de parte da contribuição que financia os benefícios de risco, proporcional à redução do custo, para a aposentadoria programada.
Seguro	Possibilidade de contratação seguro apenas para benefícios de risco	Ampliação para acrescentar longevidade e desvio de hipóteses biométricas e avaliação atuarial	Ampliar possibilidade de contratação de seguro.
Elegibilidade à Pensão por Morte	Não há carência	Carência de dois anos de casamento ou união estável para cônjuges e companheiro(a)s terem direito à pensão por morte por doença <sup>(4)</sup>	Maior segurança econômico-financeira para o plano, minimizando ocorrência de aumentos de custos futuros.
Escalonamento da pensão	Pensão vitalícia	Prazos limitados para o recebimento da pensão a depender da expectativa de vida do beneficiário. Pensão vitalícia apenas para beneficiário com expectativa de vida menor ou igual a 40 anos	Maior segurança econômico-financeira para o plano, minimizando ocorrência de aumentos de custos futuros.
Exclusão de Benefícios	Auxílio-reclusão	Sem a previsão do auxílio-reclusão	Diminuição dos custos do benefício de risco.
Data de Início dos Benefícios	A partir do fator gerador <sup>(5)</sup>	A partir do fato gerador, com prazo de 90 dias para requerer. Findo o prazo, a partir do requerimento.	Maior segurança financeira para o plano, minimizando ocorrência de compromissos retroativos.

1) Aposentadoria por invalidez e pensão por morte;

(2) É um valor hipotético (do teto do INSS) utilizado no cálculo dos benefícios de risco e da meta de aposentadoria proposta pelo regulamento;

(3) O novo cálculo tem como base uma meta específica para os benefícios de risco, em que a projeção dessa meta considera somente a contribuição normal, excluindo as de caráter individual, como facultativa e aportes em geral;

(4) Caso a causa da morte do participante ou aposentado seja por acidente, não há carência;

(5) Rescisão contratual, no caso de aposentadoria, ou data do sinistro, no caso dos benefícios de risco.

## CONTEXTO ORGANIZACIONAL

A Ceres - Fundação de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC), sem fins lucrativos, multipatrocinada e gestora de multiplanos previdenciais, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

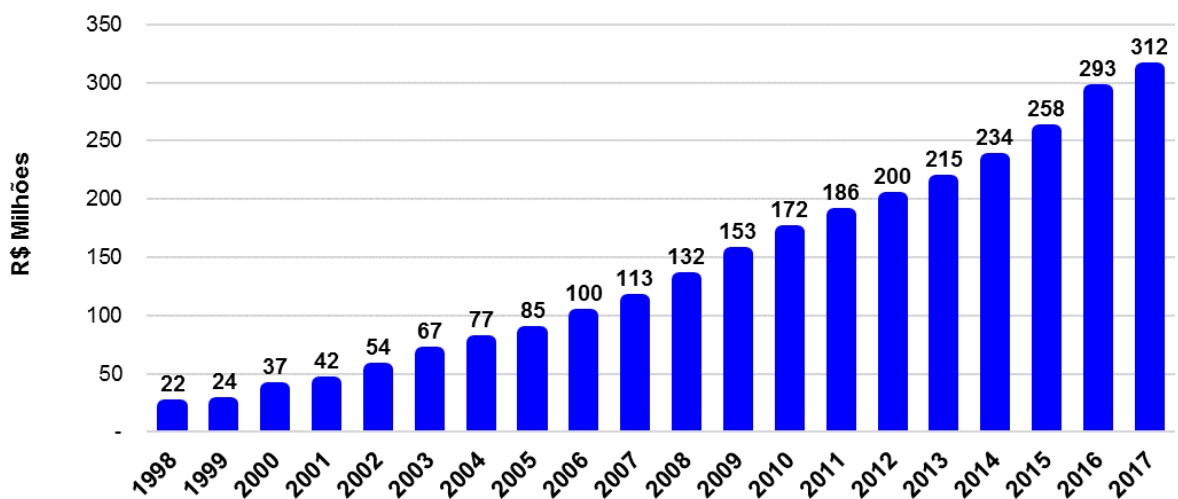
É constituída sob a forma de Fundação e tem por objetivo a gestão de planos de benefícios de caráter previdenciário aos empregados de oito patrocinadores englobando quase 20 mil participantes e assistidos.

Segue princípios bem definidos de governança corporativa, com regras prudenciais, práticas de gestão, controles internos e políticas específicas, buscando assegurar proteção previdenciária aos participantes e suas famílias, com qualidade, ética e transparência. Os membros dos órgãos estatutários e os funcionários são profissionais capacitados, experientes e dedicados, que praticam e prezam atributos calcados no profissionalismo, espírito de equipe, empreendedorismo e comprometimento. As práticas de governança fundamentam-se nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas, cumprimento das leis e ética.

Em 2017, quando completou 38 anos, os planos administrados pela Ceres contavam com 18.702 associados, sendo 12.406 (66%) participantes e 6.296 assistidos (34%). Todos os benefícios previstos em todos os planos de previdência foram honrados, com pagamento de aposentadorias complementares no valor de R\$ 312 milhões.

Nos últimos 20 anos (Gráfico 1), a Fundação Ceres já pagou aproximadamente R\$ 2,8 bilhões em benefícios.

Gráfico 1: Evolução do montante pago em benefícios (1998 - 2017)



Atualmente, são administrados pela entidade 17 (dezesete) planos de benefícios:

Quadro 1: Plano de benefícios administrados em 2017.

Plano	CNPB	Data de início	Modalidade
Embrapa Básico	1979.0004-92	ago/1979	Benefício Definido
Embrapa-FlexCeres	2007.0007-92	mai/2007	Contribuição Variável
Embrater Básico*	1979.0005-65	ago/1979	Benefício Definido
Ceres Básico	2007.0010-47	out/1979	Benefício Definido
Ceres-FlexCeres	2007.0008-65	dez/2005	Contribuição Variável
Epagri Básico	1981.0001-19	jan/1981	Benefício Definido
Epagri-FlexCeres	2005.0023-56	jul/2005	Contribuição Variável
Epagri Saldado	2005.0022-83	jul/2005	Benefício Definido
Emater MG Básico	1982.0001-47	fev/1982	Benefício Definido
Emater MG-FlexCeres	2007.0026-47	nov/2007	Contribuição Variável
Emater MG Saldado	2007.0025-74	nov/2007	Benefício Definido
Epamig Básico	1982.0008-56	mar/1982	Benefício Definido
Epamig-FlexCeres	2007.0033-92	jan/2008	Contribuição Variável
Epamig Saldado	2007.0031-47	jan/2008	Benefício Definido
Cidasc-FlexCeres	2009.0011-92	jan/2010	Contribuição Variável
ABDI-FlexCeres	2013.0009-11	ago/2013	Contribuição Definida
EmaterDF-FlexCeres	2014.0008-83	set/2014	Contribuição Variável

\*A patrocinadora do plano Embrater Básico foi extinta pela Lei nº 8.029 de 12/04/1990 e a Ceres mantém a gestão do plano por decisão judicial.

## PATRIMÔNIO TOTAL

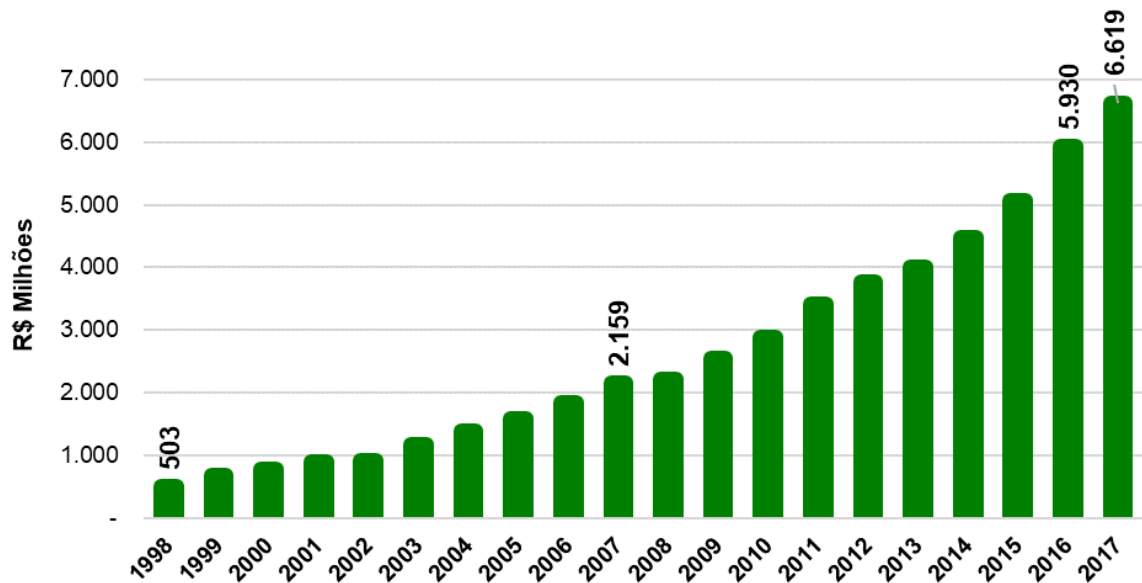
De 1998 até dezembro de 2017, o patrimônio (ativo total<sup>1</sup>) administrado pela Ceres cresceu mais de 1.215%, passando de R\$ 503 milhões para R\$ 6,619 bilhões (Gráfico 2). Em 2017, a Fundação ocupava a 20ª posição no ranking dos maiores fundos de pensão do país, segundo a ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Nesse período (1998 a 2017), a rentabilidade obtida foi de 1.478% contra uma meta atuarial/índice de referência médios de 1.167%.

---

<sup>1</sup> O Ativo total representa o conjunto de bens e direitos do plano, ou seja, é o montante financeiro de que o plano dispõe para pagar seus compromissos. Compreende especialmente os recursos investidos.

Gráfico 2: Evolução do valor dos ativos dos planos administrados pela Ceres (1998 – 2017)



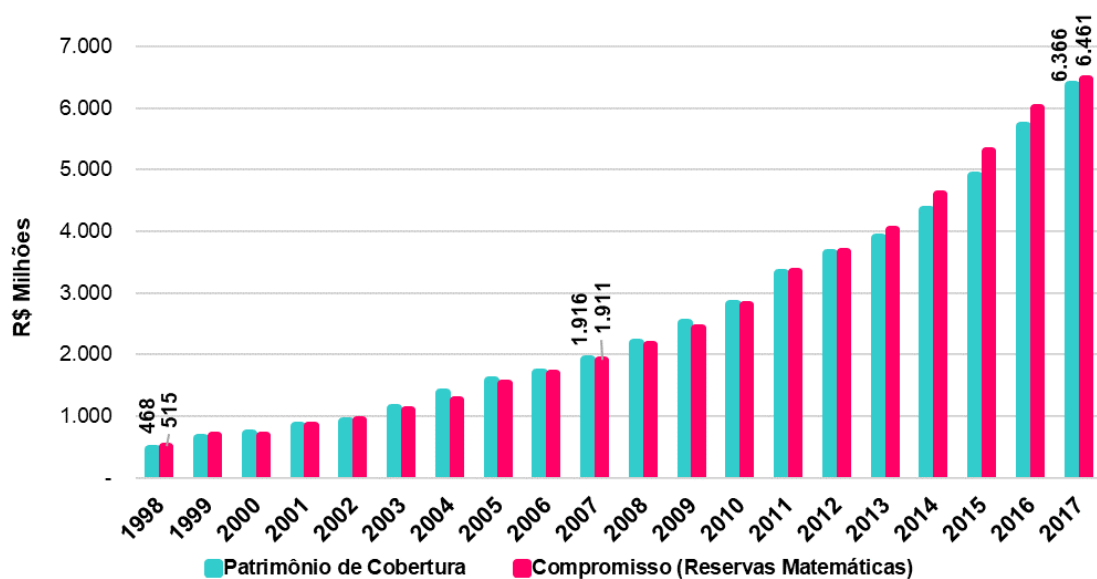
## PATRIMÔNIO DE COBERTURA E OS COMPROMISSOS

O gráfico 3, a seguir, apresenta a evolução histórica do patrimônio de cobertura comparada ao crescimento do compromisso nos últimos vinte anos, ou seja, de 1998 a 2017.

O patrimônio de cobertura é o conjunto dos recursos destinados à cobertura dos compromissos do plano, isto é, para fazer face ao pagamento dos benefícios concedidos e a conceder.

Os compromissos correspondem ao montante atual necessário para honrar o pagamento dos benefícios contratados pelos participantes e assistidos.

Gráfico 3: Evolução do valor do patrimônio de cobertura X os compromissos (1998 - 2017)



A diferença entre o patrimônio de cobertura e os compromissos pode resultar em déficit ou superávit. Quando o patrimônio de cobertura é superior aos compromissos tem-se um resultado superavitário. Quando os compromissos são superiores ao patrimônio de cobertura tem-se um resultado deficitário.

Como pode-se observar no gráfico anterior, no agregado, ao longo dos anos, os planos apresentaram resultado superavitário.

Em 2017, o resultado consolidado foi deficitário em R\$ 95 milhões, impactado especialmente pelo resultado do plano Embrater Básico, que apresentou déficit acumulado de R\$ 110 milhões.

Entretanto, a partir do exercício de 2015, com base na Instrução Previc Nº 19/2015, para apuração do resultado final os planos deverão considerar o resultado técnico ajustado.

O resultado ajustado do plano considera o ajuste de precificação que representa, a valor presente, o montante das aplicações em títulos públicos marcados até o vencimento (renda fixa), ou seja, as aplicações dos recursos do plano até o final do seu ciclo de vida.

Assim, considerando essa nova orientação, o resultado consolidado (ajustado) em 2017 foi superavitário em R\$ 101 milhões.



## PLANOS DE BENEFÍCIOS

Um plano de benefícios é um conjunto de direitos e obrigações reunidos em um regulamento com o objetivo de pagar benefícios previdenciais, mediante a formação de poupança advinda das contribuições dos patrocinadores e participantes e da rentabilidade dos investimentos feitos. Possui independência patrimonial, contábil e financeira.

A empresa CIDASC é patrocinadora de um plano de Contribuição Variável (CV), o Cidasc FlexCeres.

As suas principais características são:

- Plano de aposentadoria individual;
- Contribuição variável conforme opção do participante (limite patronal de 7% do salário de participação do empregado) => implica na meta do benefício (valor da aposentadoria futura);
- Aposentadoria programada e antecipada com base no saldo acumulado de contribuições;
- Aposentadoria de risco com base no saldo acumulado de contribuições;
- Possibilidade de aumento do valor do benefício por meio de contribuições facultativas ou aportes extraordinários e portabilidade;
- Benefício programado, sem limite de idade, a partir de 5 anos de vinculação ao plano;
- Reajuste benefício é em função da variação do valor da cota limitada à variação do INPC.

Mais informações estão disponíveis no site da Ceres, no endereço [www.ceres.org.br](http://www.ceres.org.br)

## POLÍTICA DE SEGURIDADE

A Política de Seguridade, aprovada pelo Conselho Deliberativo em dezembro de 2017, estabelece os princípios e diretrizes da gestão da seguridade e é referência para as ações e projetos a serem estabelecidos no período de 2016 a 2019.

Na sua elaboração foram consideradas as regras estabelecidas na legislação de previdência complementar, as recomendações presentes nos Manuais e Guias de Melhores Práticas e também os critérios para uma administração segura e responsável de planos de benefícios de previdência complementar. Tem como objetivo geral orientar a gestão do passivo dos planos de benefícios administrados pela Ceres e como objetivos específicos:

- Assegurar a execução do contrato previdenciário na forma prevista nos regulamentos dos planos, de modo a preservar o direito dos participantes e assistidos, considerando os princípios de segurança, solvência, liquidez e transparência;
- Adotar boas práticas de governança corporativa com recomendações objetivas, garantindo a independência do processo de seguridade por meio de decisões compartilhadas entre Grupo de Análise Preliminar de Seguridade (GAPS), Comitê de Seguridade (CS), Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal;
- Orientar os atores envolvidos na gestão de seguridade: Ceres, Patrocinadoras e Representantes dos planos; quanto às diretrizes da gestão do passivo necessárias para a condução dos trabalhos;
- Aprimorar o relacionamento entre Patrocinadoras, Participantes, Assistidos, Empregados, Órgãos Estatutários e Órgãos Externos; e
- Dar claro entendimento a respeito das melhores práticas adotadas pela Ceres na gestão do passivo dos planos de benefícios ao Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretores, Patrocinadores, Participantes e Assistidos, bem como aos Empregados, Provedores Externos de Serviços, Órgãos Reguladores e Fiscalizadores.

## ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (ARPB)

O Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios - ARPB, profissional qualificado e responsável pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras aos planos e benefícios administrados pela Ceres, é o Diretor de Seguridade, Advogado José João Reis, certificado pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS e habilitado pela Previc para o exercício da função de Diretor de Seguridade e ARPB.

## GESTÃO DO PASSIVO EM 2017

A gestão do passivo atuarial tem como princípios a obediência às normas, a garantia do equilíbrio e solvência dos planos, o contínuo aprimoramento das metodologias adotadas e a supervisão do risco.

Uma ferramenta básica para a gestão do passivo dos planos é a avaliação atuarial, um estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano de previdência. Essa avaliação está alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial.

Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

## AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2017

A avaliação atuarial se baseia em premissas para projetar os benefícios futuros dos atuais participantes e o custeio para financiar esses compromissos. Elas se dividem em econômico-financeiras, biométricas e demográficas.

As principais premissas utilizadas são:

**Tábua de Mortalidade Geral:** é uma hipótese utilizada para estimar a expectativa de vida dos participantes e assistidos, exceto aposentados por invalidez, com reflexo na estimativa do tempo de pagamento dos benefícios e, por consequência, no valor do compromisso dos benefícios de aposentadoria programada e das pensões. Quanto maior a expectativa de vida, maior será o custo do plano. Foi aprovada a tábua mais aderente à situação de cada plano.

**Tábua de Mortalidade de Inválidos:** é utilizada para estimar a expectativa de vida dos aposentados por invalidez, com reflexo na estimativa do tempo de pagamento da aposentadoria por invalidez e, por consequência, no valor do compromisso destes benefícios. Quanto maior a expectativa de vida maior será o custo do plano.

**Tábua de Entrada em Invalidez:** é utilizada para estimar a probabilidade de novas concessões de aposentadoria por invalidez e impacta no custo da aposentadoria por invalidez. Quanto maior a probabilidade de ocorrência de invalidez, maior será o custo do plano.

**Fator de Capacidade de Salários e Benefícios:** é uma hipótese utilizada para estimar o nível real dos compromissos dos planos, uma vez que os salários e benefícios ao longo do tempo são reajustados uma vez ao ano, mas a inflação ocorre mensalmente.

**Taxa de Crescimento Real de Salários:** é utilizada para projetar o salário do participante para a data de aposentadoria e estimar o valor da aposentadoria programada. Quanto maior a taxa de crescimento real, maior o valor do benefício projetado e, conseqüentemente, maior o custo do plano. Isso acontece somente para salários dos participantes que estão abaixo do teto do salário de participação.

**Taxa Real de Juros:** é utilizada como taxa de desconto para trazer ao valor de hoje, os compromissos dos planos de benefícios com seus participantes e assistidos.

Na avaliação atuarial de 2017, foram consideradas as normas estatutárias e regulamentares que regem o plano e a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCs em vigor na data-base desta avaliação.

O Conselho Deliberativo aprovou, em dezembro de 2017, a atualização das hipóteses utilizadas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios administrados pela Ceres. A decisão do Conselho teve por base o estudo de aderência das hipóteses atuariais, elaborado pelo atuário responsável pelos planos de benefícios e pela Gerência de Estatística e Atuária, com o objetivo compatibilizar as hipóteses às características da massa de participantes de cada plano de benefícios.

As premissas aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 2017 estão apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2: Premissas Atuariais.

Premissa Atuarial	Plano Cidasc FlexCeres
Tábua de Mortalidade Geral	AT 83 Male & Female
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss
Tábua de Entrada de Invalidez	TASA 1927
Projeção de Crescimento Real do Salário	3,00%
Taxa Real de Juros	5,65%

O resultado da avaliação atuarial do plano está apresentado no Parecer Atuarial, que está disponível no Anexo 7. Esse documento tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e o plano de custeio do plano de benefícios.

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos em vigor na Fundação Ceres tem como base a Resolução nº 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional- CMN e suas alterações. É elaborada anualmente pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo antes do início do exercício a que se referir. Depois de aprovada, deve ser encaminhada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

Na formulação da Política de Investimentos são considerados os critérios e preceitos do Manual de Governança Corporativa e Código de Ética da Ceres, dos Códigos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada - Abrapp e da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima, além de princípios e critérios de investimentos socialmente responsáveis.

A Política de Investimentos é orientada pelo passivo atuarial. Na aplicação e gestão dos recursos são consideradas a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades e as características de suas obrigações. São adotadas regras, procedimentos e mecanismos de controles internos e de avaliação de riscos, observados o porte, a complexidade, a modalidade e a forma de gestão de cada um dos planos de benefícios, com vistas a garantir o permanente equilíbrio econômico-financeiro entre o ativo e o passivo atuarial de cada plano. É feito o acompanhamento contínuo e sistemático, gerenciando o risco e o retorno esperado dos investimentos nos diferentes segmentos de aplicação, com uso de modelos e estratégias que visam reduzir riscos e maximizar a rentabilidade.

As diretrizes de investimentos foram estabelecidas com base em estudos de cenários macroeconômicos futuros e uso de ferramentas específicas. Os recursos foram alocados prioritariamente em empresas ou projetos socialmente responsáveis, ou seja, que criam valor para todos os envolvidos, de modo a garantir segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência ao patrimônio administrado, com base em critérios que definem claramente as margens de tolerância aos riscos e as restrições para os investimentos em diferentes categorias de ativos. A atividade é exercida com boa fé, lealdade e diligência. Os dirigentes zelam por elevados padrões éticos e adotam práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefícios.

Os procedimentos adotados objetivam assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja transparente, totalmente independente da decisão de um gestor específico e que as estratégias utilizadas na aplicação dos recursos valorizem as questões socioambientais e estimulem a governança corporativa. As decisões são tomadas por órgãos colegiados, formados pelo Grupo de Análise Preliminar de Investimentos - GAPI, pelo Comitê de Investimentos - CI e pela Diretoria Executiva. Além destes, existem também os Comitês Consultivos de Planos - CCPs em todos os patrocinadores, que atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da Política de Investimentos.

Os setores de investimentos considerados prioritários em 2017 foram aqueles relacionados a Infraestrutura, Logística e Transportes; Varejo e Consumo; Construção Civil; Finanças e Bens de Capital; Commodities (agrícolas, metálicas, petróleo e gás); Papel e celulose; Siderurgia. Independente do setor, empresas com grande potencial de geração de caixa e bom histórico de pagamento de dividendos são normalmente analisadas.

Para determinar a distribuição dos investimentos nos diferentes segmentos de aplicações foi utilizado o Asset Liability Management – ALM, um modelo de gestão cujo objetivo é compatibilizar aplicação dos recursos dos planos com a projeção de pagamento dos benefícios. A avaliação de qual metodologia aplicar teve como base a análise da capacidade do plano de Benefício Definido em gerar superavit e do plano de Contribuição Definida em apresentar rentabilidade adequada para o risco incorrido.

## ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)

O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ responsável pela gestão dos investimentos é o Diretor de Investimentos, engenheiro agrônomo e economista Dante Daniel Giacomelli Scolari, registrado no CORECON-DF sob nº 6.598. Profissional Certificado com ênfase em Administração e em Investimentos desde 2010, com certificação outorgada pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS. Administrador Autorizado de Carteira de Valores Mobiliários pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Profissional habilitado pela Previc para o exercício da função de Diretor de Investimentos e AETQ.

## GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Dentro da estrutura de gestão dos investimentos, é mantido um contrato para realização dos serviços de custódia com o Banco Bradesco S.A. e existem diferentes administradores e gestores nos vários segmentos de aplicação.

Para os 8 (oito) fundos de renda fixa e o fundo de renda variável, todos de gestão própria, o administrador é a Caixa Econômica Federal. Além dos Fundos de Investimentos com gestão própria há 2 (dois) Fundos de Investimento em Ações e 17 (dezesete) Fundos de Investimento Estruturados cuja gestão é terceirizada.

## SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

Os segmentos de aplicação definidos para investimento em 2017 foram Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Imóveis e Operações com Participantes.

## METAS E ÍNDICES

Na meta estimada de rentabilidade (INPC + taxa de juros) para 2017, foram consideradas as taxas de juros atuariais específicas para cada plano (Quadro 2) acrescida da variação anual medida pelo deflator INPC.

## GESTÃO DOS RISCOS

Na Fundação Ceres existe uma estrutura de governança corporativa para assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja seguro, transparente, participativo e independente da decisão de um único gestor, com o máximo de representatividade em todas as instâncias, garantindo a participação de representantes de todos os planos administrados, de seus patrocinadores, participantes e assistidos.

As metodologias utilizadas têm como base teorias e modelos consolidados, observadas as peculiaridades da previdência complementar, em especial as regras que regulam a gestão das entidades, com destaque para a Resolução CMN nº 3.792/2009 e a Resolução CGPC nº 13/2004.

As decisões relevantes e que causam impacto na gestão da entidade ou dos planos de benefícios são debatidas por órgãos colegiados, como o Grupo de Análise Preliminar de Investimentos e o Comitê de Investimentos, para depois serem discutidas e aprovadas pela Diretoria Executiva. Além disso, os Comitês Consultivos de Planos de todos os patrocinadores atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da Política de Investimentos dos planos de benefícios.

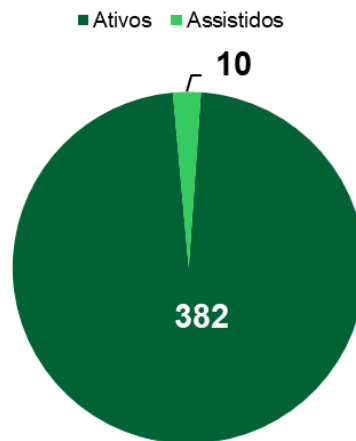
A Gerência de Controles Internos e Gestão de Riscos - Gecor é a unidade funcional na estrutura da Fundação Ceres responsável pelo planejamento e coordenação das atividades de controles internos e gestão de riscos. Visa garantir a proteção dos ativos dos planos, a promoção da eficiência operacional, a obtenção de informação precisa e confiável, a obediência e respeito às políticas da administração. São analisados sistematicamente os riscos de Mercado, Crédito, Liquidez, sob os aspectos legal, operacional e sistêmico.

## RESULTADOS E PRINCIPAIS NÚMEROS

### Número de participantes

O Plano Cidasc-FlexCeres, aberto para novas adesões e em processo de acumulação de reservas, detinha, em 2017, um total de 392 associados, sendo 382 participantes (97%) e 10 aposentados e pensionistas (3%).

Gráfico 4: Quadro social - 2017

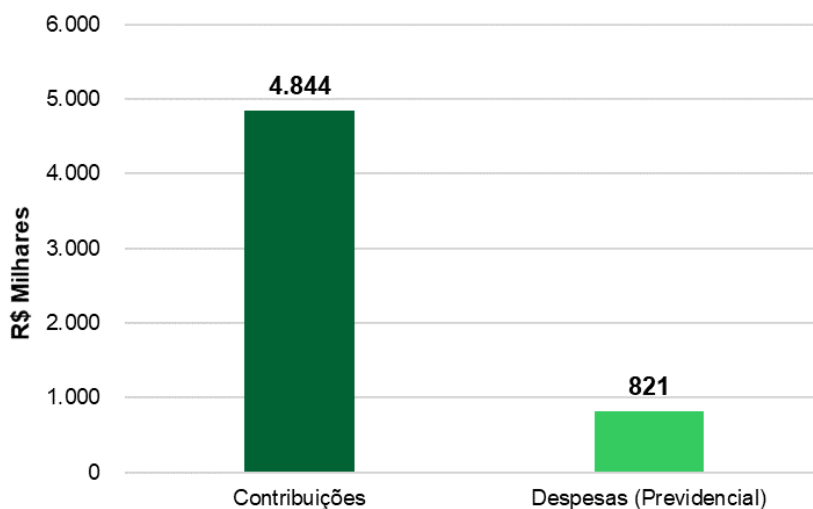


### Contribuições e Despesas Previdenciárias

Os participantes e assistidos, além da patrocinadora, contribuíram com R\$ 4,8 milhões em 2017.

Com relação às despesas previdenciárias, R\$ 84 mil foram destinados ao pagamento de aposentadorias e pensões, R\$ 263 mil ao pagamento de pecúlios, resgates de reserva de poupança e portabilidades e R\$ 473 mil ao pagamento do seguro relativo à cobertura de benefícios de risco, totalizando R\$ 821 mil. O benefício médio mensal foi de R\$ 650.

Gráfico 5: Contribuições e despesas previdenciárias - 2017





### Balço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 36,26%, passando de R\$ 16,5 milhões em 2016, para R\$ 22,5 milhões, em 2017 (Quadro 3).

Em 2017, do total de R\$ 22,3 milhões (99,11% do ativo total), R\$ 22,1 milhões (98,37% do ativo total) estavam investidos basicamente em três fundos de investimentos de renda fixa (Fundos de Investimentos Multimercado - FIM Planalto, Planalto Central e Eros) e um fundo de renda variável (Fundo de Investimento em Ações – FIA Agrociência), todos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Quadro 3: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Cidasc FlexCeres (2016/2017).

		R\$ Mil			
ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>108</b>	<b>139</b>
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>22.501</b>	<b>16.512</b>	Gestão Previdencial	108	139
Gestão Previdencial	0	255	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	198	133	Investimentos	0	0
<b>Investimentos</b>	<b>22.303</b>	<b>16.123</b>	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	0	0
Fundos de Investimentos	22.137	16.026	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>22.396</b>	<b>16.376</b>
Investimentos Imobiliários	0	0	<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>21.651</b>	<b>14.229</b>
Empréstimos	166	96	Provisões Matemáticas	21.551	14.200
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	Benefícios Concedidos	1.003	616
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	20.548	13.584
<b>PERMANENTE</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0
Imobilizado	0	0	<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>100</b>	<b>30</b>
			Resultados Realizados	100	30
			<b>FUNDOS</b>	<b>745</b>	<b>2.146</b>
			Fundos Previdenciais	543	2.010
			Fundos Administrativos	198	133
			Fundos dos Investimentos	4	3
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>22.503</b>	<b>16.515</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>22.503</b>	<b>16.515</b>

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2017 foi de R\$ 1 milhão e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 20,5 milhões.

Enfatiza-se que o resultado positivo de R\$ 30 mil em 2016 aumentou para R\$ 100 mil em 2017, o que equivale a um crescimento de 235,83%.

Em 2017, os fundos previdenciais totalizaram R\$ 543 mil, os fundos administrativos somaram R\$ 198 mil e os fundos de investimentos R\$ 4 mil.

### Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 4. Observa-se que ocorreu um crescimento de R\$ 7,3 milhões dos compromissos previdenciários, valor superado pelos resultados positivos de R\$ 2,2 milhões na gestão dos investimentos e de R\$ 4,8 milhões do montante de contribuições.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Cidasc FlexCeres no ano de 2017 foi de 12,95%, tendo o índice de referência (INPC + 5,65% a.a.) fechado em 7,83% no mesmo período.

Quadro 4: Resultados do plano em 2017

<b>Resultado Contábil acumulado em 2016</b>	<b>29.850</b>
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2017	-7.351.197
Resultado positivo dos Investimentos em 2017	2.221.800
Contribuições Previdenciárias	4.868.730
Despesas Previdenciárias	-821.476
Constituição/reversão para fundo previdencial	1.467.083
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-314.544
<b>Resultado Contábil em 2017</b>	<b>100.245</b>
Ajuste de Precificação	124.253
<b>Resultado Técnico Ajustado em 2017</b>	<b>100.245</b>

O resultado técnico ajustado do plano Cidasc FlexCeres em 2017 foi positivo em R\$ 100 mil.

**Nota:** De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2016, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil.

## SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DO PATROCINADOR CIDASC

O patrocinador CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina está em dia com suas obrigações contratuais e não possui dívida com relação a serviços passados. As contribuições de responsabilidade da patrocinadora e aquelas que a empresa desconta dos salários dos participantes para os planos de benefícios estão sendo recolhidas dentro dos prazos legais.

## INVESTIMENTOS

Foi mantida uma estratégia prudente e conservadora em aplicações mais tradicionais, tendo as necessidades atuariais de cada plano administrado.

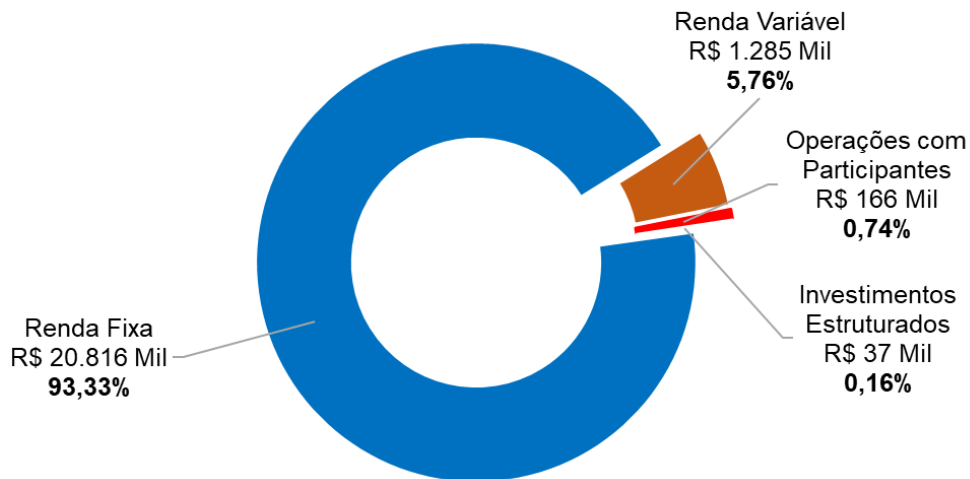
Foi priorizada a alocação em Renda Fixa devido à expectativa de taxas de juros dos títulos e valores mobiliários acima do índice de referência do plano. No segmento de operações com participantes, a concessão de empréstimos simples foi realizada de acordo com a demanda dos participantes e assistidos.

Com relação aos demais segmentos (renda variável e investimentos estruturados) foram mantidas as aplicações.

### ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

Os recursos garantidores desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 93,33% do total dos investimentos, seguido das alocações renda variável, com 5,76% do montante investido. Em operações com participantes estão alocados 0,74% do total das aplicações e em investimentos estruturados apenas 0,16% (Gráfico 6).

Gráfico 6: Alocação nos diferentes segmentos de aplicação



## RESULTADOS EM 2017

O comportamento dos indicadores econômicos no decorrer de 2017 foi caracterizado por uma queda marcante da inflação, causada basicamente pela perda de poder aquisitivo dos consumidores, redução acentuada da massa salarial, oferta abundante de bens e serviços e a consequente redução das taxas de juros adotada pelo Banco Central.

A taxa Selic encerrou 2017 em 7,00% (com uma média de 9,84% no ano), o IPCA foi de 2,94%, o INPC de 2,06% e o IGP-M foi negativo de 0,53%. O mercado acionário reagiu positivamente durante o ano, com destaque para o resultado da Bolsa de Valores, que foi de 26,86% medido pelo Índice Bovespa.

É importante destacar que a distribuição dos investimentos difere para cada plano de benefícios, podendo alguns planos deterem investimentos em determinados segmentos (renda fixa e/ou renda variável e/ou investimentos estruturados e/ou imóveis e/ou operações com participantes) e outros não.

## RENDA FIXA

Neste segmento, estão investidos 93,33% dos recursos do plano Cidasc FlexCeres. Em 2017, os retornos dos investimentos foram de 12,33%.

Em dezembro de 2017, os recursos investidos, em renda fixa, alocados nos fundos exclusivos Eros e Tranquilidade foram segregados em seis novos fundos, para uma gestão mais segregada dos ativos de cada plano ou de um conjunto de planos e uma composição de carteiras mais ajustada com a duração do passivo dos planos.

Os novos Fundos de Investimentos e os respectivos planos aos quais estão vinculados são:

- Fundo 1 – BD1 Cerrados: Embrapa Básico;
- Fundo 2 – BD2 Zona da Mata: Epamig Básico e Epamig Saldado;
- Fundo 3 – BD3 Serra da Canastra: Emater (MG) Básico, Emater (MG) Saldado e Ceres Básico;
- Fundo 4 – BD4 Mata Atlântica: Epagri Básico e Epagri Saldado;
- Fundo 5 – BD5Flex – Planalto: Embrapa FlexCeres, Ceres FlexCeres, Emater (MG) FlexCeres, Epagri FlexCeres, Epamig FlexCeres, Cidasc FlexCeres e Emater DF FlexCeres;
- Fundo 6 – CDFlex – Planalto Central: Embrapa FlexCeres, Ceres FlexCeres, Emater (MG) FlexCeres, Epagri FlexCeres, Epamig FlexCeres, Cidasc FlexCeres, Emater DF FlexCeres, ABDI FlexCeres e PGA.

Dos recursos do plano Cidasc FlexCeres investidos em renda fixa, 70,49% estão alocados em títulos públicos e 29,52% em títulos privados (Quadro 5). Em 2017, o montante total investido nesse segmento foi de R\$ 20,8 milhões.

Quadro 5: Composição dos ativos de renda fixa em 2017 (R\$).

Investimentos/Ativos	Cidasc FlexCeres	% sobre o Total Geral
NTN-B - Nota do Tesouro Nacional série B	11.978.988	57,55%
NTN-C - Nota do Tesouro Nacional série C	-	0,00%
NTN-O - Nota do Tesouro Nacional Over	2.693.720	12,94%
<b>Total - Títulos Públicos</b>	<b>14.672.708</b>	<b>70,49%</b>
CDB - Certificado de Depósito Bancário	664.331	3,19%
CCI - Cédula de Crédito Imobiliário	-	0,00%
CRI - Certificado de Recebíveis Imobiliários	661.782	3,18%
Debêntures	2.459.300	11,81%
Letra Financeira	2.148.763	10,32%
FIDC - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	210.680	1,01%
<b>Total - Títulos Privados e Fundos</b>	<b>6.144.857</b>	<b>29,52%</b>
Contas a Pagar/a Receber - (Fundos de Investimentos)	- 1.776	-0,01%
<b>Total Geral - (Títulos Públicos e Privados)</b>	<b>20.815.790</b>	

## RENDA VARIÁVEL

Ao final de 2017, as aplicações do plano Cidasc FlexCeres em renda variável totalizaram R\$ 1,3 milhão, equivalente a 5,76% de todo o ativo investido do plano (Quadro 6 e 7).

O desempenho em renda variável superou as expectativas e proporcionou uma rentabilidade 23,13% ao plano.

Neste segmento, os investimentos são realizados por meio do Fundo de Investimento em Ações - FIA Agrocência, de gestão própria da Fundação Ceres e que concentra cerca de 97% dos recursos alocados em renda variável. Além do Fundo Agrocência, os planos possuem investimentos em dois fundos com gestão terceirizada e que concentram aproximadamente 4% dos recursos aplicados em renda variável. Esses fundos investem em diferentes setores da economia como alimentação, mineração, petróleo, siderurgia, finanças, entre outros.

Os recursos investidos pelo plano, no Fundo Agrocência, estavam assim distribuídos:

Quadro 6: Composição e valor dos ativos de renda variável (gestão própria) em R\$.

Ação/Papel	Cidasc FlexCeres	% sobre o Total
BRADESCO/PN	95.677	7,53%
BRF FOODS/ ON	116.886	9,20%
BMF BOVESPA/ON	37.682	2,97%
CCR RODOVIAS/ON	74.040	5,83%
HYPERMARCAS/ON	128.130	10,09%
ITAÚ UNIBANCO/PN	140.332	11,05%
LOJAS RENNEN/ON	168.022	13,23%
PETROBRAS/PN	85.382	6,72%
VALE/PN	127.372	10,03%
VALID/ON	73.938	5,82%
NTN - Nota do Tesouro Nacional	216.406	17,04%
Contas a Pagar/a Receber	6.018	0,47%
<b>Total</b>	<b>1.269.884</b>	<b>100,00%</b>

A identificação dos fundos de gestão terceirizada e dos respectivos gestores e os montantes aplicados estão apresentados, no Quadro 7 a seguir:

Quadro 7: Composição, gestores e fundos de renda variável (gestão terceirizada) em R\$.

Fundo	Gestor Externo	Cidasc FlexCeres	% sobre o Total
FIA Fator Sinergia V	Fator Administração de Recursos	6.114	40,17%
FIA Sul America Expertise II	Sul América DTVMS.A.	9.104	59,83%
<b>Total</b>		<b>15.217</b>	<b>100,00%</b>

## INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Os investimentos neste segmento totalizaram R\$ 37 mil em 2017.

De acordo com a estratégia para o segmento, não foram adquiridas cotas de novos fundos, sendo apenas realizados aportes nos atuais fundos de investimentos cujo capital comprometido pela Ceres havia sido definido no momento da aquisição deles.

Os recursos do plano estão alocados em 6 (seis) fundos de investimentos. Esses fundos possuem gestão terceirizada e investem em diferentes setores da economia como agronegócio, tecnologia, alimentação, logística, entre outros. No ano, a rentabilidade obtida foi 5,75%.

Ao final de 2017, a carteira dos fundos investidos e os respectivos gestores eram os seguintes (Quadro 8):

Quadro 8: Composição, gestores e montante fundos terceirizados (R\$).

Fundo	Gestor Externo	Cidasc FlexCeres	% sobre o Total Geral
FII RB Capital	RB Capital Investimentos Ltda	399	1,09%
FII Claritas Logística	Claritas Adm. de Recursos	8.477	23,17%
<b>Total - FII (Fundo de Investimentos Imobiliários)</b>		<b>8.876</b>	<b>24,26%</b>
<b>FIPs</b>			
FIP Inseed FIMA	Inseed Investimentos Ltda	2.976	8,13%
FIP DGF FICPAC 2	Santander DTVM S.A	9.783	26,74%
FIP BTG Infraestrutura II FIC	BTG Pactual Gestora Rec. Ltda	7.068	19,32%
FIP Caixa Incorporação Imobiliária	Caixa Econ. Federal	7.878	21,54%
<b>Total - FIP (Fundos de Investimentos em Participações)</b>		<b>27.704</b>	<b>75,74%</b>
<b>Total Geral (FII e FIP)</b>		<b>36.581</b>	

## IMÓVEIS

Em 2017, o plano não detinha aplicações em imóveis.

## OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

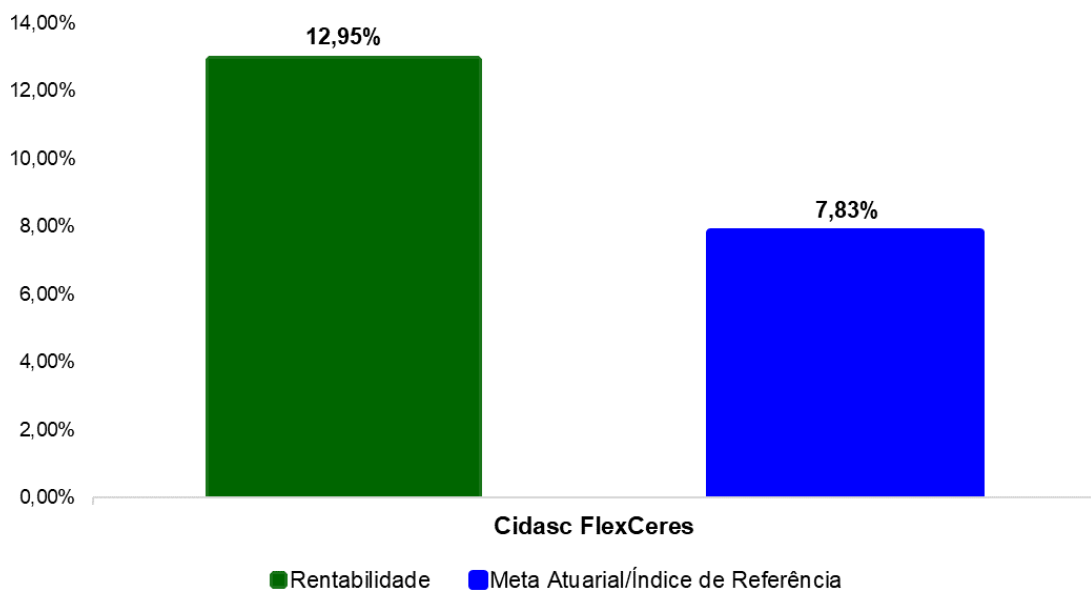
Em 2017, o plano não detinha aplicações em operações com participantes.

## RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS DO PLANO

A política de investimentos é concebida considerando o passivo atuarial de cada plano de benefícios. Assim, a composição da carteira de investimentos e a rentabilidade não são iguais para todos os planos, pois cada um deles possuem características específicas.

Em 2017, a rentabilidade do plano patrocinado pela CIDASC superou o respectivo índice de referência. Os resultados estão demonstrados no gráfico, a seguir.

Gráfico 7: Rentabilidade dos investimentos dos planos.



No Anexo 1 “Demonstrativo de Investimentos”, estão apresentadas as composições das carteiras de investimentos do plano de benefícios.

O resumo da Política de Investimentos adotada para 2017 pode ser verificado no Anexo 2.



## COTA PATRIMONIAL DO PLANO CIDASC FLEXCERES

Nos planos de Contribuição Variável (CV), os valores líquidos das contribuições são utilizados para a aquisição de cotas patrimoniais dos planos.

A cota patrimonial (valor contábil), é uma fração do patrimônio do plano, atualizada pela variação mensal do valor do ativo patrimonial e é utilizada para atualizar mensalmente o saldo de contas dos participantes dos planos FlexCeres.

Isso permite que seja apurado o valor da participação individual de cada participante no patrimônio total de cada plano de benefícios.

Nesta metodologia utiliza-se os rendimentos mensais dos investimentos, deduzindo os valores utilizados para constituição dos fundos previdenciais, que servem para cobertura dos benefícios de risco, e do custeio administrativo. São utilizados os valores dos balancetes mensais dos registros contábeis.

Por outro lado, a rentabilidade dos investimentos de cada plano administrado é apurada por meio do conhecido método da Taxa Interna de Retorno (TIR)<sup>2</sup>.

Ao longo de 2017 o crescimento no valor nominal das cotas foi significativo e muito acima da inflação do período, que foi de 2,07% pelo INPC e de 2,95% pelo IPCA (Quadro 9).

Isso significa que, em 2017, a cota do plano Cidasc FlexCeres apresentou uma valorização real muito acima da inflação no período.

Quadro 9: Variação da cota patrimonial - Plano FlexCeres - 2017.

Plano	Valor da Cota R\$ Janeiro/2017	Valor da Cota R\$ Dezembro/2017	Variação da Cota Patrimonial em 2017
Cidasc FlexCeres	2,17332773	2,45019566	<b>12,74%</b>

<sup>2</sup> A Taxa Interna de Retorno (TIR) é a taxa única equivalente que resume a rentabilidade de todos os valores que são investidos ou recebidos ao longo do tempo.

## DESPESAS ADMINISTRATIVAS

### DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PGA)

As despesas administrativas, necessárias para o funcionamento da Fundação Ceres na administração dos planos de benefícios, são contabilizadas no Plano de Gestão Administrativa – PGA e estão divididas em despesas relativas à gestão previdencial e à gestão de investimentos.

As despesas administrativas da gestão previdencial são apuradas com base no número de participantes de cada plano de benefícios e as despesas administrativas da gestão dos investimentos são estabelecidas de forma proporcional, com base no patrimônio de investimentos do plano correspondente. Essa metodologia de apropriação das despesas administrativas está baseada no critério de rateio aprovado na 157ª Reunião do Conselho Deliberativo – CD, de 20 e 21 de outubro de 2008 e retificado conforme Ata da 177ª Reunião do CD, realizada nos dias 1º e 2 de dezembro de 2011.

Em 2017, as despesas administrativas totalizaram R\$ 26,7 milhões, representando uma variação de 11% em relação à 2016, como pode ser observado no Quadro 10, abaixo.

Quadro 10: Despesas administrativas consolidada – 2016/2017 – (R\$).

Rubricas	Gestão 2017		2017	2016	Variação %	Média Ponderada
	Previdencial	Investimentos				
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>9.186.977,61</b>	<b>9.120.140,89</b>	<b>18.307.119</b>	<b>16.512.081</b>	<b>10,87%</b>	<b>7,45%</b>
<b>Treinamentos/Congressos e Seminários</b>	<b>117.597,66</b>	<b>118.919,90</b>	<b>236.518</b>	<b>174.477</b>	<b>35,56%</b>	<b>0,31%</b>
<b>Viagens e Estádias</b>	<b>93.597,15</b>	<b>93.691,96</b>	<b>187.289</b>	<b>213.402</b>	<b>-12,24%</b>	<b>-0,09%</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>1.530.387,78</b>	<b>894.576,78</b>	<b>2.424.965</b>	<b>1.951.808</b>	<b>24,24%</b>	<b>2,20%</b>
Auditoria Contábil	41.302,50	41.302,50	82.605	57.600	43,41%	0,13%
Consultoria de Investimentos	-	152.758,04	152.758	168.817	-9,51%	-0,05%
Consultoria Jurídica	856.959,84	202.100,81	1.059.061	577.594	83,36%	3,30%
Consultoria Gestão/Planejamento	61.156,69	61.156,69	122.313	46.796	161,38%	0,74%
Consultoria Recursos Humanos	7.715,40	7.715,40	15.431	3.612	327,21%	0,19%
Consultoria Informática	345.747,39	428.614,15	774.362	888.572	-12,85%	-0,37%
Consultoria Atuarial	213.587,04	-	213.587	199.636	6,99%	0,06%
Pessoa Física	3.918,92	929,19	4.848	9.181	-47,20%	-0,01%
<b>Despesas Gerais</b>	<b>1.709.680,92</b>	<b>1.646.636,88</b>	<b>3.356.318</b>	<b>3.197.276</b>	<b>4,97%</b>	<b>0,62%</b>
<b>Depreciações e Amortizações</b>	<b>117.630,78</b>	<b>117.630,43</b>	<b>235.261</b>	<b>258.404</b>	<b>-8,96%</b>	<b>-0,08%</b>
<b>Tributos</b>	<b>988.237,72</b>	<b>988.237,87</b>	<b>1.976.476</b>	<b>1.765.007</b>	<b>11,98%</b>	<b>0,89%</b>
<b>Total das Despesas Administrativas</b>	<b>13.744.109,62</b>	<b>12.979.834,71</b>	<b>26.723.944</b>	<b>24.072.456</b>	<b>11,01%</b>	

A título de comparação, caso a gestão fosse feita por uma empresa privada ao custo de 1,0% do valor total do patrimônio administrado, que em 2017 foi de R\$ 6,5 bilhões, essas despesas seriam da ordem de R\$ 65 milhões. Com a gestão própria, o valor real das despesas administrativas da Ceres ficou em 41% do que seria o custo estimado da administração terceirizada.

A Taxa de Administração, cujo limite legal é de 1,0%, é a relação entre a despesa administrativa e os recursos garantidores. Para 2017 foi estabelecido um valor de 0,44% e o valor obtido foi de 0,41%.

De um modo geral, pode-se afirmar que os resultados gerais obtidos em 2017 no Plano de Gestão Administrativa podem ser considerados adequados, satisfatórios e competitivos.

No quadro seguinte (Quadro 11), estão apresentadas as despesas administrativas correspondentes ao plano de benefícios.

Quadro 11: Despesas administrativas do plano – 2017 – (R\$).

Plano	Pessoal e Encargos	Treinamentos/ Congressos e Seminários	Viagens e Estadias	Serviços de Terceiros	Despesas Gerais	Depreciações e Amortizações	Tributos	Total
Cidasc FlexCeres	214.796	2.775	2.197	28.452	39.379	2.760	23.190	<b>313.550</b>

## DESPESAS ESPECÍFICAS DE INVESTIMENTOS

As despesas específicas de investimentos são destinadas ao custeio dos fundos de investimentos e são formadas pela taxa de administração, taxas de custódia e controladoria, entre outras.

Essas despesas são contabilizadas diretamente nos planos de benefícios e nos fundos de investimentos, não sendo relacionadas às despesas contabilizadas no PGA.

No Quadro 12 a seguir estão apresentadas detalhadamente as despesas de investimentos de 2017 e de 2016.

Quadro 12: Despesas específicas de investimentos consolidada plano – 2016/2017 – (R\$).

Rubricas	2017	2016	Variação %
Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos Exclusivos	231.196	202.611	14,11%
Taxa Cetip/Selic	470.680	446.597	5,39%
Custódia	474.458	402.594	17,85%
Controladoria	477.292	421.013	13,37%
Taxa CVM	175.446	182.842	-4,05%
Taxa Bovespa	9.774	4.912	98,99%
Taxa Anbima	18.144	13.398	35,43%
Corretagem	47.879	221.277	-78,36%
Outras (Auditoria Fundos e Emolumentos)	31.497	16.760	87,93%
<b>Total das Despesas</b>	<b>1.936.365</b>	<b>2.060.525</b>	<b>-6,03%</b>

A variação de 6,03%, em relação ao ano de 2016 corresponde principalmente à redução do custo de corretagem proveniente da movimentação da carteira do FIA Agrociência.

No quadro seguinte, estão apresentadas as despesas de investimentos correspondentes ao plano de benefícios.

Quadro 13: Despesas específicas de investimentos do plano – 2017 – (R\$).

Plano	Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos Exclusivos	Taxa Cetip/Selic	Custódia	Controladoria	Taxa CVM	Taxa Bovespa	Taxa Anbima	Corretagem	Outras	Total
Cidasc FlexCeres	1.068	1.727	1.638	1.531	824	119	83	124	33	<b>7.145</b>

## ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

### Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Cidasc FlexCeres

Item	2016		2017		Limites Máximos Res. CMN 3.792/2009	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	14.949.143	92,70%	20.815.789	93,32%	100,00%	100,00%
Renda Variável	1.043.668	6,47%	1.285.101	5,76%	70,00%	30,00%
Investimentos Estruturados	33.665	0,21%	36.581	0,16%	20,00%	10,00%
Operações com Participantes	96.079	0,60%	165.847	0,74%	15,00%	5,00%
Empréstimos	96.079	0,60%	165.847	0,74%		
<b>Total dos Recursos Investidos</b>	<b>16.122.555</b>	<b>99,98%</b>	<b>22.303.318</b>	<b>99,99%</b>		
Disponível	3.513	0,02%	2.553	0,01%		
Outras Exigibilidades	-179	0,00%	-229	0,00%		
<b>Total dos Recursos Garantidores</b>	<b>16.125.888</b>	<b>100,00%</b>	<b>22.305.642</b>	<b>100,00%</b>		

## ANEXO 2 - RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

### Resumo da Política de Investimentos – Plano Cidasc FlexCeres



Ministério da Previdência Social  
Superintendência Nacional de Previdência Complementar  
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 02/01/2017 13:56:02

#### Informações da Entidade

Código: 237

Sigla: CERES

Exercício: 2017

Plano de Benefícios: 2009001192 - PLANO DE BENEFÍCIOS CIDASC-FLEXCERES

#### Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2017 a 12/2017	INPC	5,65

#### Documentação/Responsáveis

##### Documentação

Nº da Ata: 207

Data: 14/12/2016

#### Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	RENTA FIXA	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	RENTA VARIÁVEL	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	IMÓVEIS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento
01/01/2017 a 31/12/2017	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

#### Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

#### Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	50,00	100,00	90,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	30,00	8,00
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	5,00	1,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	1,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	5,00	0,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento
O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor			
Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

### Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			x
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			x
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

### Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

### Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2015	1º Sem 2016	2017	Não Aplica
PLANO	10,04	12,17	11,87	
RENDA FIXA	13,64	11,59		
RENDA VARIÁVEL	-15,29	19,83		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	21,72	-6,10		
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS				x
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	20,65	10,88		

Observação:

### Observações

A gestão dos investimentos em 2017 permanece a estratégia de monitoramento constante, visando à adequação pontual dentro dos segmentos de aplicação. Assim uma deterioração significativa do cenário básico pode implicar numa redução da exposição aos riscos de renda variável e de ativos de crédito, fortalecendo posições mais conservadoras como os títulos públicos. Uma melhoria no cenário pode significar oportunidades respeitando os limites estabelecidos na legislação e na Política de Investimentos.



## ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data.

O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões.

Os modelos das Demonstrações Contábeis, consolidadas e por plano, a serem apresentados, consoante com o Anexo B, da Resolução CNPC nº 08 de 2011, são os seguintes:

- Balanço Patrimonial (Consolidado);
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada (Consolidada);
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios;
- Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios; e
- Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefícios.

**Demonstrações Contábeis – Consolidado**

Balço Patrimonial				
R\$ Mil				
ATIVO	2017	2016	Partic. % no Patrimônio	Var. (%)
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>821</b>	<b>311</b>	<b>0,01%</b>	<b>163,81%</b>
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>6.617.861</b>	<b>5.929.379</b>	<b>99,98%</b>	<b>11,61%</b>
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>138.076</b>	<b>142.467</b>	<b>2,09%</b>	<b>-3,08%</b>
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>10.479</b>	<b>10.344</b>	<b>0,16%</b>	<b>1,31%</b>
<b>Investimentos</b>	<b>6.469.306</b>	<b>5.776.569</b>	<b>97,73%</b>	<b>11,99%</b>
Títulos Públicos	305	302	0,00%	0,95%
Créditos Privados e Depósitos	0	0	0,00%	0,00%
Ações	0	0	0,00%	0,00%
Fundos de Investimento	6.206.527	5.508.794	93,76%	12,67%
Investimentos Imobiliários	190.077	197.264	2,87%	-3,64%
Empréstimos	71.406	69.401	1,08%	2,89%
Depósitos Judiciais / Recursais	990	807	0,01%	22,66%
Outros Realizáveis	0	0	0,00%	0,00%
<b>PERMANENTE</b>	<b>650</b>	<b>735</b>	<b>0,01%</b>	<b>-11,54%</b>
Imobilizado	499	656	0,01%	-23,94%
Intangível	151	79	0,00%	91,41%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>6.619.332</b>	<b>5.930.426</b>	<b>100,00%</b>	<b>11,62%</b>
R\$ Mil				
PASSIVO	2017	2016	Partic. % no Patrimônio	Var. (%)
<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>104.862</b>	<b>92.268</b>	<b>1,58%</b>	<b>13,65%</b>
Gestão Previdencial	101.816	89.510	1,54%	13,75%
Gestão Administrativa	2.295	2.016	0,03%	13,84%
Investimentos	752	743	0,01%	1,17%
<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>12.336</b>	<b>13.324</b>	<b>0,19%</b>	<b>-7,42%</b>
Gestão Previdencial	656	781	0,01%	-15,93%
Gestão Administrativa	8.930	8.357	0,13%	6,85%
Investimentos	2.750	4.186	0,04%	-34,31%
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>6.502.134</b>	<b>5.824.833</b>	<b>98,23%</b>	<b>11,63%</b>
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>6.366.114</b>	<b>5.713.031</b>	<b>96,17%</b>	<b>11,43%</b>
Provisões Matemáticas	6.461.089	6.009.838	97,61%	7,51%
Benefícios Concedidos	2.769.637	2.752.312	41,84%	0,63%
Benefícios a Conceder	4.095.155	3.701.529	61,87%	10,63%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	403.704	444.003	6,10%	-9,08%
Equilíbrio Técnico	(94.975)	(296.807)	-1,43%	-68,00%
Resultados Realizados	(94.975)	(296.807)	-1,43%	-68,00%
Superávit Técnico Acumulado	0	0	0,00%	0,00%
(-) Déficit Técnico Acumulado	94.975	296.807	1,43%	-68,00%
Resultados a Realizar	0	0	0,00%	0,00%
<b>Fundos</b>	<b>136.020</b>	<b>111.803</b>	<b>2,05%</b>	<b>21,66%</b>
Fundos Previdenciais	92.922	75.905	1,40%	22,42%
Fundos Administrativos	25.300	20.129	0,38%	25,69%
Fundos dos Investimentos	17.798	15.769	0,27%	12,87%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>6.619.332</b>	<b>5.930.426</b>	<b>100,00%</b>	<b>11,62%</b>

**Demonstração de Mutação do Patrimônio Social - DMPS**

R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
<b>A) Patrimônio Social - Início do Exercício</b>	<b>5.824.833</b>	<b>4.402.326</b>	<b>32,31%</b>
<b>1. Adições</b>	<b>1.062.114</b>	<b>1.197.310</b>	<b>-11,29%</b>
Contribuições Previdenciais	368.495	346.808	6,25%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	661.605	819.276	-19,25%
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(124)	164	-175,70%
Receitas Administrativas	29.845	26.060	14,52%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.294	2.738	-16,21%
Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	0	(1)	100,00%
Constituição de Fundos de Investimentos	0	2.265	-100,00%
<b>2. Destinações</b>	<b>355.798</b>	<b>335.560</b>	<b>6,03%</b>
Benefícios	328.956	311.325	5,66%
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(124)	164	-175,70%
Despesas Administrativas	26.945	24.072	11,93%
Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	22	0	0,00%
Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	0	(1)	-100,00%
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>677.301</b>	<b>1.422.507</b>	<b>-52,39%</b>
Provisões Matemáticas	451.250	1.415.976	-68,13%
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	201.833	(40.469)	-598,73%
Fundos Previdenciais	17.017	34.774	-51,07%
Fundos Administrativos	5.172	8.109	-36,22%
Fundos Investimentos	2.029	4.118	-50,72%
<b>4. Operações Transitórias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
Operações Transitórias	0	0	0,00%
<b>B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)</b>	<b>6.502.134</b>	<b>5.824.833</b>	<b>11,63%</b>

**Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA**

R\$ Mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>20.129</b>	<b>15.402</b>	<b>30,69%</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>32.116</b>	<b>28.798</b>	<b>11,52%</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>32.116</b>	<b>28.798</b>	<b>11,52%</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	15.584	13.569	14,85%
Custeio Administrativo dos Investimentos	13.840	12.055	14,80%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	414	432	-4,09%
Resultado Positivo dos Investimentos	2.272	2.738	-17,03%
Outras Receitas	6	4	62,26%
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(26.944)</b>	<b>(24.069)</b>	<b>11,94%</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>13.854</b>	<b>12.094</b>	<b>14,55%</b>
Pessoal e encargos	9.297	8.256	12,60%
Treinamentos/congressos e seminários	118	87	34,80%
Viagens e estadias	94	107	-12,28%
Serviços de terceiros	1.530	1.025	49,34%
Despesas gerais	1.710	1.609	6,28%
Depreciações e amortizações	118	129	-8,96%
Tributos	988	882	12,08%
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>13.090</b>	<b>11.977</b>	<b>9,30%</b>
Pessoal e encargos	9.230	8.256	11,80%
Treinamentos/congressos e seminários	119	87	36,32%
Viagens e estadias	94	107	-12,19%
Serviços de terceiros	895	927	-3,51%
Despesas gerais	1.647	1.589	3,65%
Depreciações e amortizações	118	129	-8,96%
Tributos	988	882	12,08%
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>0</b>	<b>(1)</b>	<b>-100,00%</b>
<b>4. Reversão de Recursos para o Planos de Benefícios</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
<b>5. Resultado Negativo dos Investimentos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
<b>6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa ( 1-2-3-4-5)</b>	<b>5.172</b>	<b>4.727</b>	<b>9,43%</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>5.172</b>	<b>4.727</b>	<b>9,42%</b>
<b>8. Operações Transitórias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)</b>	<b>25.300</b>	<b>20.129</b>	<b>25,69%</b>

**Demonstrações Contábeis– Plano Cidasc FlexCeres**
**Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Cidasc FlexCeres**

Descri�o	R\$ Mil		
	Exercício 2017	Exercício 2016	Variac�o (%)
<b>A) Ativo Líquido - Início do Exercício</b>	<b>16.240</b>	<b>10.809</b>	<b>50,24%</b>
<b>1. Adic�es</b>	<b>16.240</b>	<b>6.119</b>	<b>165,42%</b>
(+) Contribui�es Previdenciais	4.844	3.702	30,83%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.222	2.416	-8,04%
<b>2. Destina�es</b>	<b>1.136</b>	<b>688</b>	<b>65,11%</b>
(-) Benefícios	821	415	98,06%
(-) Custeio Administrativo	315	273	15,10%
<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1-2)</b>	<b>5.930</b>	<b>5.430</b>	<b>9,20%</b>
(+/-) Provis�es Matemáticas	7.281	4.817	51,16%
(+/-) Fundos Previdenciais	-1.422	584	-343,44%
(+/-) Superávit (D�ficit) T�cnico do Exercício	70	30	135,84%
<b>B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)</b>	<b>22.170</b>	<b>16.240</b>	<b>36,51%</b>
<b>C) Fundos Não Previdenciais</b>	<b>204</b>	<b>136</b>	<b>49,88%</b>
(+/-) Fundos Administrativos	200	133	50,11%
(+/-) Fundos Investimentos	4	3	38,41%

**Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL - Plano Cidasc FlexCeres**

Descri�o	R\$ Mil		
	Exercício 2017	Exercício 2016	Variac�o (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>22.506</b>	<b>16.515</b>	<b>36,28%</b>
Disponível	3	4	-27,33%
Receb�vel	200	389	-48,49%
Investimentos	22.303	16.123	38,34%
Fundos de Investimentos	22.137	16.026	38,13%
Empr�stimos e Financiamentos Imobiliários	166	96	72,61%
<b>2. Obriga�es</b>	<b>133</b>	<b>139</b>	<b>-4,70%</b>
Operacional	133	139	-4,70%
Contingencial	0	0	0,00%
<b>3. Fundos Não Previdenciais</b>	<b>204</b>	<b>136</b>	<b>49,88%</b>
Fundos Administrativos	200	133	50,11%
Fundos dos Investimentos	4	3	38,41%
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>22.170</b>	<b>16.240</b>	<b>36,51%</b>
Provisões Matemáticas	21.481	14.200	51,28%
Superávit/Déficit Técnico	100	30	235,84%
Fundos Previdenciais	589	2.010	-70,71%
<b>6. Apurac�o do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>100</b>	<b>30</b>	<b>235,84%</b>
a) Equilíbrio Técnico	100	30	235,84%
b) (+/-) Ajuste de Precifica�o	124	122	2,26%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	100	30	235,84%

**Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Cidasc FlexCeres**
**R\$ Mil**

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>22.306</b>	<b>16.382</b>	<b>36,16%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>21.481</b>	<b>14.200</b>	<b>51,28%</b>
1.1. Benefícios concedidos	1.003	616	62,81%
Benefício definido	1.003	616	62,81%
1.2. Benefício a conceder	20.478	13.584	50,75%
Contribuição definida	20.478	13.584	50,75%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	9.606	6.270	53,20%
Saldo de contas - parcela participantes	10.872	7.313	48,65%
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>100</b>	<b>30</b>	<b>235,84%</b>
2.1. Resultados realizados	100	30	235,84%
Superávit técnico acumulado	100	30	235,84%
Reserva de contingência	100	30	235,84%
<b>3. Fundos</b>	<b>592</b>	<b>2.013</b>	<b>-70,57%</b>
3.1. Fundos previdenciais	589	2.010	-70,71%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	4	3	38,41%
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>133</b>	<b>139</b>	<b>-4,70%</b>
4.1. Gestão previdencial	132	139	-4,75%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	0	0	27,58%

## ANEXO 4 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Tel.: +55 61 3322 5190  
Fax: + 55 61 3322 5270  
www.bdobrazil.com.br

Setor de Autarquia Sul SAUS  
Quadra 4, Lote 09/10 Bloco A  
Brasília, DF - Brasil 70070-938

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadora da  
CERES - Fundação de Seguridade Social  
Brasília - DF

#### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da CERES - Fundação de Seguridade Social ("CERES", "Fundação" ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefício administrados pela CERES, aqui denominados de consolidado por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios dos patrocinadores Embrapa, Epagri, Emater Minas Gerais - Emater MG, Epamig, Cidasc, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, Emater Distrito Federal - Emater DF e Ceres, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CERES - Fundação de Seguridade Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

#### Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 6.1, a entidade possui registrados em 31 de dezembro de 2017, no passivo do programa previdencial no montante de R\$ 101.840 mil, dos quais R\$ 77.665 mil, refere-se a obrigações do plano Embrater BD junto aos demais planos básicos administrados pela CERES decorrente do pagamento dos benefícios dos assistidos daquele plano com recursos dos demais planos básicos efetuados em atendimento à decisão judicial do Tribunal Regional Federal, datado 15 de maio de 2006. A Lei complementar nº 109/2001 que rege a operação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar determina que os planos devem ter independência patrimonial. Consequentemente os planos Embrapa BD, Ceres BD, Epagri BD, Emater BD e Epamig BD suportam despesas para o plano Embrater BD, em desconformidade com a legislação vigente da independência patrimonial dos planos. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustar as demonstrações contábeis em decorrência do desfecho deste tema.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.





#### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade do plano Embrater BD**

As demonstrações contábeis do plano Embrater BD, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal da operação. Entretanto, conforme mencionado na nota explicativa n° 19, em 13 de abril de 1990 houve extinção da patrocinadora a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural-Embrater e a cessação dos repasses de contribuições para que o plano continuasse a honrar o compromisso com seus assistidos. Também, conforme mencionado, nas notas explicativas n° 19 e 6, considerando a não existência de recursos por parte do plano Embrater, a Ceres, em cumprimento de decisão judicial do Tribunal Regional Federal, vem efetuando o pagamento dos benefícios do extinto plano com a utilização dos recursos dos demais planos básicos administrados pela Entidade, o que a sua administração entende como medida alternativa para a continuidade do cumprimento das obrigações do plano. A continuidade operacional deste plano depende da continuidade do cumprimento da decisão judicial. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

#### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;





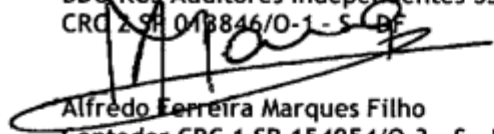
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 20 de março de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 018846/O-1 - S - DF



Alfredo Ferreira Marques Filho  
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - DF

## ANEXO 5 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

### XII. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em atendimento ao artigo 65 do estatuto da Ceres e à letra "j" do item 17, às Normas Gerais, do Anexo "C" da Resolução CNPC nº 08, de 31/10/2011, e ao item "i" do Inciso I, do artigo 4º da Instrução Normativa SPC nº 34 de 24/09/2009, com base nas informações recebidas da Administração da Ceres, nas Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas, nos Pareceres Atuariais, no Parecer dos Auditores Independentes, bem como nas análises efetuadas pelos Conselheiros nas reuniões mensais do Conselho Fiscal, apresenta a seguir, o seu Parecer, incluindo fatos relevantes que ensejam a conclusão final sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2017.

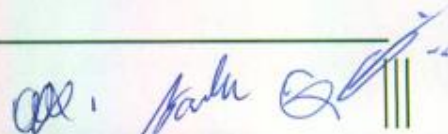
Ante o exposto no presente Relatório, chegamos as seguintes conclusões:

- a) Os Demonstrativos Contábeis compreendidos por Balanço Patrimonial, Demonstração de Mutações do Patrimônio Social (DMPS), Demonstração do Ativo Líquido (DAL), Demonstração da Mutações do Ativo Líquido (DMAL), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT), derivada dos resultados patrimoniais e econômicos dos planos de benefícios, estão de acordo com o exigido pela legislação.
- b) As Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de 2017, atendem às regras e procedimentos contábeis, conforme definidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade, estando, portanto, alinhadas ao disposto no item 30, do Anexo "A", da Instrução SPC nº 34/2009, conforme evidenciado no relatório de auditoria independente BDO auditores Independentes de 20 de março de 2018.
- c) Em relação ao Relatório dos Auditores Independentes, o documento apresentou ressalva em:
  - i. À continuidade operacional do plano Embrater BD, visto que tal continuidade está atrelada ao cumprimento da decisão judicial do Tribunal Regional Federal.

Destacaram que no passivo do programa previdencial no montante de R\$ 101.840 mil, dos quais R\$ 77.665 mil, refere-se a obrigações do plano Embrater BD junto aos demais planos básicos administrados pela CERES decorrente do pagamento dos benefícios dos assistidos daquele plano com recursos dos demais planos básicos efetuados em atendimento à decisão judicial do Tribunal Regional Federal, datado 15 de maio de 2006. A Lei complementar nº 109/2001 que rege a operação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar determina que os planos devem ter independência patrimonial. Consequentemente os planos Embrapa BD, Ceres BD, Epagri BD, Emater BD e Epamig BD suportam despesas para o plano Embrater BD, em desconformidade com a legislação vigente da independência patrimonial dos planos.

Contudo, consideramos que o Parecer sobre os demais assuntos é pertinente e que as Demonstrações Contábeis auditadas, pela Auditoria Independente, estão aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil.

- d) Quanto aos Pareceres Atuariais, emitido pela Assessoria Actuarial Vesting, assinados pelo responsável Técnico pelos planos, o Atuário Antônio Mário Rattes de Oliveira, MIBA 1.162, entendemos que estes estão em conformidade com o que estabelecem a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência

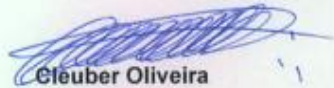


Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

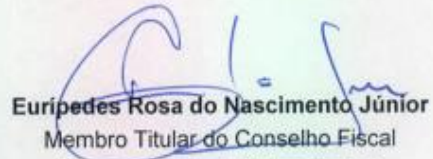
O Conselho Fiscal da Ceres – Fundação de Seguridade Social, diante das considerações sobre as Demonstrações Contábeis, os Pareceres Atuariais, o Parecer dos Auditores Independentes e atinentes às Notas explicativas, assim como, sobre as análises feitas nas reuniões mensais, **RESOLVE** aprovar as Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2017, levando em consideração as análises e conclusões destacadas anteriormente.

Este é o nosso Parecer.

Brasília/DF, 20 de Março de 2018.



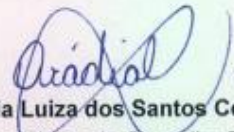
**Gleuber Oliveira**  
Presidente do Conselho Fiscal  
Representante dos Participantes e Assistidos da  
EMBRAPA



**Euripedes Rosa do Nascimento Júnior**  
Membro Titular do Conselho Fiscal  
Representante da Patrocinadora  
EMBRAPA



**Sebastião Cardoso Barbosa**  
Membro Titular do Conselho Fiscal  
Representante dos Participantes e Assistidos da  
EMATER - MG



**Arádia Luiza dos Santos Costa**  
Membra Titular do Conselho Fiscal  
Representante da Patrocinadora  
EPAGRI



## ANEXO 6 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



### TERMO DE APROVAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da CERES - Fundação de Seguridade Social, reunido em sua 214ª Reunião Ordinária, realizada no dia 27 de março de 2018, no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Contábeis da Fundação, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Social, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada, a Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios, a Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por plano de benefícios e a Demonstração das Provisões Técnicas do plano de benefícios, complementadas pelas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e com base, ainda, no Relatório da Auditoria Independente – BDO Auditores Independentes, nos Pareceres do Atuário – Actuarial Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda - Vesting, relativos a cada Plano de Benefícios e do Conselho Fiscal, aprovou, por unanimidade, as referidas demonstrações contábeis, nos termos constantes dos referidos pareceres.

Brasília, 27 de março de 2018.

 _____ Alexandre de Oliveira Barcellos	 _____ Gerson Soares Ayles Bafreto
 _____ Emidio Casagrande	 _____ Sérgio Brunale
 _____ Ursula Maria Ludwig Moraes	 _____ José Mauro Gonçalves Dias

**Ceres - Fundação de Seguridade Social**  
SHCN - CL 202 Bloco C Brasília/DF CEP 70832-535 CNPJ.: 00.532.804/0001-31  
Fone: (61) 2106 0200 Fax: (61) 3327 7651 E-mail: [atende@ceres.org.br](mailto:atende@ceres.org.br)  
Atendimento ao participante: 0800 979 2005 Site: [www.ceres.org.br](http://www.ceres.org.br)

## **ANEXO 7 - PARECER ATUARIAL**

O Parecer Atuarial tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e o plano de custeio do plano de benefícios.

Esse documento é elaborado pelo Atuário Responsável pelos planos de benefícios.

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO  
DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES**

**CIDASC**

**PLANO CIDASC FLEXCERES**

**POSIÇÃO EM 31/12/2017**

### **Comentários iniciais**

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Cidasc-FlexCeres de benefícios da Cidasc, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2017.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios, a Resolução CGPC nº 26, de 26 de setembro de 2008, que trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

### **Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial**

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2016, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação da taxa de juros atuarial e dos fatores de determinação do valor real de salários e benefícios, e mantidos os estudos para as demais hipóteses, conforme faculta a legislação em vigor. A manutenção dos estudos está fundamentada em relatório técnico elaborado pela entidade, intitulado Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação de 31/12/2017, o qual foi acompanhado e validado por esta consultoria e que versa sobre as variações nos cadastros e nas ocorrências dos eventos biométricos, tendo restado inequívoca a não ocorrência de fatos relevantes que determinassem a elaboração de novos estudos para essas hipóteses. Os estudos de adequação da taxa de juros e dos fatores de determinação do valor real foram aprovados pela Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, tendo sido recomendada a manutenção das taxas de juros utilizadas na avaliação atuarial de 31/12/2016.

De forma a adequar o cálculo das provisões matemáticas ao ambiente inflacionário da economia brasileira, foi recomendada a modificação do fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo e do fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo, os quais foram alterados de 0,97815165 para 0,98096055, de forma a se ajustarem à realidade inflacionária, que aponta para uma expectativa de inflação futura de 4,30% a.a.

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

### **Qualidade da base cadastral utilizada**

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em agosto de 2017 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que as informações nele constantes são de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante e assistido que são de interesse para o estudo atuarial.

### **Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior**

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia e têm os seus valores reajustados pela variação patrimonial, porém com um teto fixado na variação do INPC.

O plano Cidasc-FlexCeres foi implantado a partir de janeiro de 2010.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

**TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2017**

<b>Tipo de Custo</b>	<b>Taxas Médias</b>
<b>Benefícios de risco</b>	<b>1,478%</b>
Patrocinadora	0,739%
Participante	0,739%
<b>Custo administrativo</b>	<b>0,772%</b>
Patrocinadora	0,386%
Participante	0,386%
<b>Custo Total</b>	<b>2,250%</b>
Patrocinadora	1,125%
Participante	1,125%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Cidasc-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 2,250% dos salários-de-participação, observando-se uma redução em relação ao custo registrado na avaliação de 31/12/2016, cujo percentual foi igual a 2,376%, tendo como causa principal a variação no custo do Seguro dos benefícios de risco.

#### **Plano de custeio para 2018**

O plano de custeio para 2018 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2017 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano.

Com a aprovação do novo Regulamento, ao final do ano de 2016, o descasamento que existia com a Apólice de Seguro encerrou-se e, portanto, não é mais necessário que se pratique o excedente do custeio em relação ao custo dos benefícios de risco. Por isso, a proposta é que o custeio para os benefícios de risco para 2018 seja igual ao custo destes mesmos benefícios, em 1,478%, conforme tabela nº 01, acrescido de um carregamento de segurança de 0,100%, para lastrear o risco decorrente da diferença entre a base do custo do Seguro e a base de custeio dos participantes e patrocinadora, sendo o excedente do carregamento de segurança direcionado para o Fundo de Risco, minimizando eventuais distorções financeiras anuais.

**TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2018**

<b>Tipo de Custeio</b>	<b>Taxas Médias</b>
<b>Benefícios programados</b>	<b>10,089%</b>



Patrocinadora	4,888%
Participante	5,201%
<b>Benefícios de risco</b>	<b>1,578%</b>
Patrocinadora	0,789%
Participante	0,789%
<b>Custeio administrativo</b>	<b>0,772%</b>
Patrocinadora	0,386%
Participante	0,386%
<b>Custeio Total</b>	<b>12,439%</b>
Patrocinadora	6,063%
Participante	6,376%

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,772%.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2018, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

#### **Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação**

O plano Cidasc-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Resolução CGPC no. 18/2006.

#### **Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio**

Não foi constatada insuficiência de cobertura do grupo de custeio, sendo as alíquotas de custeio definidas para 2018 suficientes para financiar os custos dos benefícios do plano, devido à atual estrutura de cobertura dos benefícios de risco ser por meio de seguro.

#### **Varição no resultado atuarial e causas mais prováveis**

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano Cidasc-FlexCeres eram, em 31/12/2017:

**TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS CIDASC – FLEXCERES – VALORES EM R\$**

Rubrica	31/12/2016	31/12/2017	Varição
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>14.229.442</b>	<b>21.580.784</b>	<b>51,66%</b>
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>14.199.593</b>	<b>21.480.537</b>	<b>51,28%</b>
Benefícios Concedidos	615.819	1.002.599	-
Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco	0	0	-
Benefícios Futuros	2.054.788	3.103.356	51,03%
Contribuições Futuras	-2.054.788	-3.103.356	51,03%
Saldo de Contas dos Benefícios Programados	13.583.774	20.477.938	50,75%
<b>Resultados Realizados</b>	<b>29.850</b>	<b>100.247</b>	<b>-</b>
Ajuste de Precificação	121.502,16	124.252,85	2,26%
Resultado Ajustado	NA	NA	

NA: Não aplicável.

A rentabilidade dos investimentos do Plano Cidasc-FlexCeres, no exercício de 2017 foi de 12,95%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2017 foi de 2,07%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 7,83%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,65%a.a.. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 4,74% no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, notadamente pela entrada de novos participantes no plano, variações salariais ocorridas, adequação das hipóteses atuariais e acumulação nas contas individuais da parcela de contribuição definida do plano.

A análise das perdas e ganhos atuariais, na posição de 31/12/2017, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

**TABELA Nº 04 – GANHOS E PERDAS – 31/12/2017**

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	45.454	0	45.454
Perda	0	0	-2.908	0	0	-260.036	-262.943
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-2.908</b>	<b>0</b>	<b>45.454</b>	<b>-260.036</b>	<b>-217.490</b>

**Resultado atuarial de 31/12/2017 e sua natureza**

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial de R\$ 100.247, conforme se observa na tabela nº 03, onde o total das provisões matemáticas é um pouco menor que o patrimônio de cobertura do plano. O resultado é consequência, principalmente, da rentabilidade patrimonial obtida no exercício e, por esse motivo, somos de opinião que sua natureza é conjuntural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

**TABELA Nº 05 – BALANÇO ATUARIAL –PLANO CIDASC-FLEXCERES**

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	21.580.784	Benefícios Futuros	24.583.893
Contribuições Futuras	3.103.356	Benefícios Concedidos	1.002.599
Risco	3.103.356	Benefícios a Conceder	23.581.294
		Programados	20.477.938
		Risco	3.103.356
		Resultados Realizados	100.247
<b>Total</b>	<b>24.684.140</b>	<b>Total</b>	<b>24.684.140</b>

Os riscos inerentes ao plano de benefícios, representados pelas provisões matemáticas de benefícios a conceder referentes aos benefícios originados de invalidez e morte estão lastreados integralmente por seguro contratado no mercado segurador brasileiro, que tem por estipulante a entidade, estando previsto contratualmente que no caso de ocorrência de evento gerador do benefício, a seguradora efetua o pagamento do capital segurado, cujo valor tem como base a provisão matemática necessária para, em conjunto com o saldo de conta do participante, financiar todos os benefícios vitalícios devidos a ele ou aos seus dependentes.

Conforme estabelece a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, em seu art. 7º, com a redação dada pela Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

$$\text{Limite da Reserva de Contingência} = [10\% + (1\% \times \text{duração do passivo})] \times \text{Provisão Matemática}$$

A duração do passivo do plano foi calculada de acordo com a redação do item 1.4 do anexo da Resolução CPGC nº 18/06, dada pela Resolução CNPC nº 15/14, com os dispositivos complementares da Instrução PREVIC nº 19/15, que estabelece o cálculo da duração do passivo com base nos fluxos de benefícios a conceder e concedidos que tenham o seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como os benefícios concedidos que adquiram características de benefício definido na fase de concessão.

Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2017 encontrou-se uma duração de passivo igual a 20,77 anos.

Aplicando-se a duração do passivo na fórmula acima apresentada, obtém-se um Limite da Reserva de Contingência igual a R\$ 250.649,75, o qual, comparado com o valor do superávit encontrado na presente avaliação, indica que o superávit atuarial será integralmente destinado à constituição da Reserva de Contingência, não havendo constituição de Reserva Especial para Revisão de Plano.

#### Fundos previdenciais

O plano apresentava, em 31/12/2017, o montante de R\$ 588.806,00 em saldos de fundos previdenciais, assim dividido:

**TABELA Nº 06 – FUNDOS PREVIDENCIAIS –PLANO CIDASC-FLEXCERES**

Discriminação	2016	2017	Varição
<b>Fundos Previdenciais</b>	<b>2.010.308</b>	<b>588.806</b>	<b>-70,71%</b>
Fundo Coletivo de Desligamento	167.631	291.873	74,12%
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	523.405	0	-100,00%
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	1.319.272	296.933	-77,49%
Fundo Coletivo de Oscilação de Rentabilidade Assistidos	-	-	-

A redução dos fundos previdenciais é consequência da alteração regulamentar efetuada em 2016 e que foram objeto de comentário no parecer da avaliação daquele exercício, os quais reproduzimos a seguir.

“A majoração dos fundos de risco se deu pelo excedente cobrado do custeio, em relação ao custo destes benefícios de risco, no período de 2011 a 2016, fazendo com que parte da contribuição, patronal e dos participantes, destinada aos saldos das contas patronal e de participantes para o custeio da aposentadoria programada, fosse direcionada para os fundos de risco.

Desta forma, propõe-se a reversão plena do Fundo de Risco – Auxílios e Pecúlios, por não existir mais tais benefícios no plano, e a reversão parcial do Fundo de Risco – Invalidez e Pensões, restando como saldo remanescente deste fundo o valor de 8,86% do valor atual dos benefícios futuros dos benefícios de risco, que é compatível com a proporção da época da constituição deste fundo em 2010.

Recomenda-se, ainda, que o resultado da reversão dos dois fundos de risco seja redistribuído entre os saldos de contas, patronal e participantes, na proporção dos seus saldos atuais, haja vista que a fonte de recurso do financiamento da majoração destes fundos de risco é originária da contribuição, patronal e dos participantes destinadas às aposentadorias programadas.

#### **Comentários finais**

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 22 de fevereiro de 2018.

**Antonio Mário Rattes de Oliveira**  
**MIBA 1.162**